

DOCUMENTÁRIO

“ANO JOAQUIM NABUCO E RUI BARBOSA”

Por Decreto do Governo da República (íntegra, abaixo), 1999 foi instituído como “Ano Joaquim Nabuco e Rui Barbosa”, em comemoração pelo transcurso do sesquicentenário de nascimento dos dois grandes vultos da nacionalidade.

Ambos são Patronos da Academia, nas Cadeiras 24 (Joaquim Nabuco) e 10 (Rui Barbosa), ocupadas respectivamente pelos confrades Prof. José da Silva Pacheco e Des. Aloysio Maria Teixeira.

A ABLJ aderiu de pronto às comemorações, e reservou, em suas sessões no curso deste ano, para a realização de palestras e conferências sobre o evento.

Nada mais justo, agora, do que incluímos neste número da REVISTA as biografias dos homenageados, as quais, como as de todos os demais Patronos, foram redigidas pela Presidência da ABLJ em 1978.

DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1999

Institui o ano de 1999 como “Ano Joaquim Nabuco e Rui Barbosa”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o ano de 1999 como “Ano Joaquim Nabuco e Rui Barbosa”, em comemoração ao sesquicentenário de nascimento dessas personalidades.

Art. 2º A coordenação das atividades relacionadas às comemorações fica a cargo dos Ministérios da Educação e da Cultura.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de fevereiro de 1999; 178º da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Francisco Weffort

RUY BARBOSA

Veio ao mundo na Capital da Bahia, a 5 de novembro de 1849, em casa térrea hoje pertencente ao Patrimônio Histórico, por efeito de decreto do Congresso Nacional, nº 4.789, de 2 de janeiro de 1924, isto é, menos de um ano após seu falecimento, ocorrido em Petrópolis, a 1º de março de 1923. Ruy fez o primeiro ano de Direito na Faculdade do Recife (1866), e no segundo foi simplificado, ocorrência reputada inexplicável pelos coevos e biógrafos seus, à vista do grande talento e extraordinária aplicação sempre revelados pelo discípulo. Por este ou outro motivo, transferiu-se para São Paulo, onde se formou em 1870. Naquele primeiro ano do curso jurídico, fez parte de uma agremiação abolicionista, fundada, entre outros, por Castro Alves, fato que marcaria toda sua vida, consagrada à liberdade. Via de consequência, tornou-se republicano e político. Mas, se a República lhe deve densamente o esboço e o arcabouço da primeira Constituição, a política lhe foi impiedosamente ingrata, com o agravante de ter muita vez subtraído ao direito uma contribuição que jamais foi ressarcida. Do jurista, entretanto, é possível dizer que dominou, como brasileiro algum lhe obteve vantagem, todos os ramos do direito, melhor dizendo toda a ciência social. Neste aspecto, uma só frase de um julgador insuspeitíssimo e contemporâneo — Clóvis Bevilacqua — diz tudo: “uma erudição pasmosa e um poder de dialética irresistível”. É difícil achar, na face da Terra, alguém — das pequenas nações aos mais desfavorecidos indivíduos — ou algum dos sentimentos humanos — a religião, a moral, a justiça, a família, o patriotismo, a língua — que possa dizer-se omitido na perene atuação, tribúncia e literária, desse Advogado de todo o patrimônio da Humanidade.

JOAQUIM NABUCO

JOAQUIM Aurélio Barreto NABUCO nasceu no Recife a 19 de agosto de 1849 e criou-se no Engenho Massangana, encravado no hoje município do Cabo. Era filho do jurisconsulto e estadista José Thomaz Nabuco de Araújo e

de Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo, irmã do marquez do Recife, Francisco Paes Barreto. Fez os estudos humanísticos no Colégio Pedro II, e em 1866 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde cursou os primeiros anos, bacharelando-se pela Escola do Recife. Adido da Legação brasileira nos Estados Unidos em 1876, três anos depois foi eleito deputado geral por Pernambuco, tornando-se o apóstolo ardoroso do abolicionismo, ao lado de José do Patrocínio. Proclamada a República, e em atitude mais resoluta que a daquele, Nabuco manifestou-se monarquista e retirou-se da política. Apesar de tratar-se de um adversário do regime, Campos Sales foi buscá-lo para confiar-lhe a defesa do Brasil no litígio com a Inglaterra em torno da Guiana (região do Pirara), afinal decidido contra nossos interesses pelo árbitro, rei da Itália, apesar da demonstração abalizada e insofismável do jurista brasileiro. Nabuco foi ministro plenipotenciário do Brasil em Londres e, a seguir, embaixador em Washington, onde morreu a 17 de janeiro de 1910, vítima de uma hemorragia cerebral. Afora a contundente campanha oral e escrita desferida contra a escravatura, suas obras mais notáveis são *Um Estadista do Império*, biografia de seu ilustre pai, e *Minha Formação*, do qual ressaí e é muito familiar a todo estudante de português, a nostálgica frase: “O traço todo da vida é para muitos um desenho da criança esquecido pelo homem...”.